

O NOVO PDTU/DF CORRE O RISCO DE REPETIR OS ERROS DO PASSADO*

10 de fevereiro de 2025.

Quem acompanha os meus textos já deve ter percebido que sou um defensor incondicional da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), apesar de reconhecer que esta norma se concentrou muito mais na apresentação de princípios, diretrizes e objetivos, que são importantes, mas até hoje ainda não conseguiu estabelecer mecanismos que fizesse ser cumprida, por exemplo, a obrigatoriedade mínima da apresentação dos planos municipais de mobilidade para todas aquelas cidades com previsão de atendimento, até mesmo como etapa necessária para efetivação da política, conforme previsto no Artigo 24 da Lei nº 12.587/2012.

No plano local, a defesa do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU/DF) também sempre foi uma constante na minha atuação. Em que pese o fato de também haver uma ênfase em diretrizes e objetivos, as disposições básicas já estavam devidamente asseguradas no PDTU para que o Governo do Distrito Federal (GDF) pudesse iniciar um processo de transformação dentro da mobilidade urbana, uma vez que, desde 2011, está expresso que se deveria priorizar os modais ativos e o transporte público, investindo em infraestrutura exclusiva, reduzindo o protagonismo dos automóveis dentro da matriz modal e, inclusive, já apontando para a necessidade da implementação de uma rede metropolitana de transporte coletivo, visando à integração entre o DF e os municípios do Entorno, mas as mudanças acabaram não acontecendo.

Nesse sentido, se criou uma boa expectativa quando, no ano passado, a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob/DF) iniciou o processo de discussão do novo PDTU, contratando a Universidade Federal de Santa Catarina, através do seu Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans), para a realização de sua revisão e também para a produção do Plano de Mobilidade Urbana do DF e Entorno. Visualizei a possibilidade desse processo ser aproveitado para a promoção de um amplo, irrestrito e exaustivo debate com o conjunto de segmentos da sociedade, para a criação de uma ambiência política necessária, visando à quebra de paradigmas e ao fomento de uma cultura de mobilidade sustentável.

Entretanto, passados alguns meses, e sem que o processo tenha avançado como deveria ser, principalmente em relação ao debate com a sociedade, avalio que já perdemos um tempo precioso para começar esse diálogo e iniciar a demarcação dos novos fundamentos. Tenho chamado a atenção para o fato de que o novo PDTU não pode repetir os erros do passado, cumprindo apenas uma formalidade legal, alinhando diretrizes e objetivos que impressionam no papel, mas sem ser instrumento efetivo de transformação.

Como acreditar que as coisas serão diferentes se, passados vários meses, ainda não foram realizadas audiências públicas nas regiões administrativas para a discussão do tema, para o recebimento de contribuições e o alinhamento de conceitos? Também é preciso rever essa disposição de se promover a realização de algumas poucas reuniões, como previsto inicialmente em dezembro do ano passado, apenas com o viés de cumprimento de formalidades.

A criação da tão necessária ambiência política dentro da sociedade para a promoção de transformações qualitativas deve envolver muito mais do que apenas um calendário restrito de reuniões no âmbito do PDTU. O alinhamento conceitual em torno dos fundamentos da mobilidade urbana sustentável deve incluir processos intensivos e contínuos de discussão, para a quebra de resistências, com segmentos diversificados como: dentro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; no Tribunal de Contas do DF; na Câmara Legislativa; nos setores empresariais empregadores de mão-de-obra (indústria, comércio e serviços) e seus trabalhadores; junto à imprensa e mídias e, principalmente, com as representações locais da população.

Também se faz necessário um conjunto de iniciativas que deveria ser capitaneado pela Semob/DF, visando à promoção desse alinhamento conceitual dentro da estrutura institucional do próprio GDF, para que os gestores e técnicos de órgãos como DER, DETRAN, Novacap, Secretaria de Obras e Infraestrutura e outros, estejam sintonizados com as premissas da mobilidade urbana sustentável no planejamento e execução das ações, adotando um novo padrão na gestão pública, em vez de continuar priorizando e insistindo com a perseguição à fluidez para automóveis dentro do sistema viário, por meio de obras que tenham essa finalidade. Esta nova concepção precisa ser compreendida e internalizada nos processos da gestão pública, e a discussão do PDTU deveria ser o ambiente propício para o começo desta mudança, o que, infelizmente, ainda não ocorreu.

Se não aproveitarmos o processo de construção do PDTU para aprofundarmos efetivamente o debate com a sociedade e, com isso, começarmos a mudar as práticas arraigadas e os paradigmas, vamos correr o risco, novamente, de termos um Plano Diretor que apenas vai cumprir uma exigência legal, mas sem poder de transformação da realidade e, de forma previsível, a Pesquisa Origem e Destino que está em andamento deve confirmar, em breve, que as viagens realizadas através do transporte individual motorizado no DF representam bem mais da metade da matriz modal, o que vai demonstrar a necessidade urgente de mudanças.

Enfim, o novo PDTU também precisa ter metas, indicadores, prazos, recursos e responsabilidades fixadas, além de um processo de avaliação e monitoramento permanente para os ajustes que se fizerem necessários visando ao alcance dos cenários desejados. Vontade política da gestão pública para construir um novo modelo de cidade é imprescindível, mas a pactuação com a sociedade é que contribuirá para consolidar os novos projetos. Dessa forma, em que pese o fato do processo já estar em atraso, torna-se urgente o estabelecimento de um novo calendário de atividades públicas, por parte da Semob/DF, para se debater o PDTU no Distrito Federal, alcançando todos os cantos do território e incorporando e garantindo a participação efetiva das representações de todos os segmentos da sociedade.

*** Wesley Ferro Nogueira é economista, atualmente é Secretário Executivo do Instituto MDT, e é membro titular do Conselho de Transporte Público Coletivo do DF.**